

## Recensão

### História da integração europeia

A History of European Integration since 1914  
Peter M. R. Stirk, 1996, Pinter  
Londres, 285 pp.

MARINA PINTO BARBOSA  
Jornalista, Diário de Notícias

A falta de entusiasmo popular foi uma das principais características da história da integração europeia. Todos os esforços para conquistar o apoio dos cidadãos falharam redondamente. Esta é uma das conclusões de Peter M. R. Stirk nesta história da integração que nos propõe. E a constatação não é apenas válida para os anos da formação da Comunidade (designação adoptada ao longo deste estudo), mas para todos os projectos de união da Europa, ou de parte dela, que foram surgindo desde o início do século XIX. Sonhos de uma elite europeia que não soube transmitir as potenciais vantagens de uma ideia.

Este historiador britânico, que tem uma vasta obra publicada sobre a problemática europeia, defende que «a integração foi produto de acordos entre as elites políticas da Europa. A legitimidade popular da Comunidade estava dependente da legitimidade nacional dessas elites». E não foi por acaso que uma das preocupações fundamentais da última Conferência Intergovernamental (a terceira e até hoje a mais longa da vida comunitária) foi precisamente a aproximação da União Europeia aos seus cidadãos, através de um esforço pedagógico e de uma política de transparência sem precedentes. Neste caso, a realidade ajuda a fundamentar a análise de Peter Stirk.

As duas guerras mundiais foram a mais dramática consequência da não concretização deste projecto. Mas por outro lado, diz o autor, «a Primeira Guerra, como a Segunda, acabariam por ter uma profunda influência na integração europeia. Em parte devido aos falhanços da unificação da Europa Central, sob hegemonia alemã, que inaugurava um período de instabilidade violenta na Europa». É uma ideia central neste livro que as formas de integração existentes no continente são produto dessa instabilidade e podem apenas ser compreendidas e estudadas a essa luz.

Excepção aos falhanços das primeiras tentativas de integração foram os sucessivos aprofundamentos conseguidos a nível aduaneiro, comercial e, depois, económico. Uma dimensão com efeitos mais imediatos – e de certa forma mais próxima dos cidadãos – que constitui até hoje o pilar mais sólido da Comunidade.

Nesta história da integração, Stirk vai buscar ao início do século passado alguns dos elementos impulsionadores da união europeia. Recorda, nomeadamente, o ambicioso projecto de Saint-Simon, apresentado em *De la Réorganisation de la Société Européenne* e outras ideias federalistas inspiradas, em parte, no sucesso do Zollverein – uma união

aduaneira que acabou por englobar o conjunto dos Estados alemães e desempenhou um papel determinante na unificação da Alemanha e na ascensão da sua potência económica. O poder da Alemanha e as relações desta com a França são, aliás, outra constante nesta obra. Para Stirk, a inimizade franco-alemã ao longo da História é essencial para entender o falhanço europeu. Um antagonismo que, defende Stirk, não só atrasou a integração do Ocidente da Europa como teve também um impacto decisivo no Leste que acabou por ser «abandonado ao seu destino». A reconciliação franco-alemã é aqui considerada a chave para a eventual concretização de uma comunidade de Estados europeus. Mas se na França, depois da I Guerra Mundial, os projectos de união começavam a ter lugar no debate político, a Alemanha voltava-se para a Mitteleuropa, procurando construir uma base de poder na Europa Central e do Leste. No fim do período entre as duas guerras, os europeus viviam sob a ameaça de uma segunda tentativa alemã para dominar a Europa. Nos anos 30, recorda Stirk, a crise económica foi acompanhada por uma radicalização política que deitou por terra os projectos integracionistas inspirados no modelo norte-americano, tanto na Europa Ocidental como na Europa Central e do Leste, fortemente fragmentada.

Adiadas ficavam as propostas de uma união pan-europeia, de Coudenhove-Kalergi, e o projecto do primeiro-ministro francês, Aristide Briand. Ambos preconizavam um modelo institucional semelhante ao da actual Comunidade. Briand foi movido sobretudo pelo receio em relação à segurança do seu próprio país. O seu projecto foi mal recebido pela Inglaterra e pela Alemanha, que «tinham medo de antagonizar os Estados Unidos». A Inglaterra receava, além disso, um impacto negativo no seu Império.

No Leste, antes da Segunda Guerra Mundial, «o orgulho da soberania e da grandeza dos seus Estados e a crença de que seriam intocados pela crise que se avizinhava, prevaleceram sobre a ideia de integração».

Durante a II Guerra Mundial ganha terreno a ideia de que só uma Europa unida poderia pôr fim às constantes guerras civis europeias. No entanto, ressalva Stirk, «o slogan da Europa unida serviu (também) ao ocupante para reforçar a sua hegemonia». A propaganda alemã soube explorar a ideia de Europa como guardiã da independência e da cultura, contra o imperialismo americano e o bolchevismo russo (considerados como instrumentos dos judeus). Apesar da resistência dos ideólogos nazis aos projectos pan-europeus, os economistas apontavam para a necessidade de integrar a economia europeia. Mas a incerteza sobre o futuro da Alemanha trazia incerteza a toda a Europa. Para a Rússia, a ideia de uma federação no Leste reflectia uma tentativa de construir um cordão sanitário anti-soviético. Já perto do fim da guerra, no exílio, o francês Jean Monnet (um dos grandes inspiradores da Comunidade) avança com um projecto de união que simplesmente excluía a Inglaterra e a Rússia. Para Stirk, Monnet procurou obter através da integração a consagração dos objectivos nacionais franceses.

Após 1945 o cenário altera-se. Os Estados Unidos, inicialmente hostis aos planos de integração europeia, passam a ser seus defensores. Ironicamente, nesta mesma altura, os europeus mostram-se relutantes. A União Soviética, por seu lado, impede os países de Leste de participar no plano de reconstrução europeia (Plano Marshall), o que contribuiria para consolidar o chamado bloco de Leste.

Para Stirk, é nesta altura que se revela a diferença de atitude das duas superpotências relativamente às suas esferas de influência no Velho Continente. Nos EUA a ideia de uma Europa Ocidental como terceiro poder era vista com simpatia. Na URSS, Estaline não

vaticinava um estatuto semelhante para a Europa de Leste. O Plano Marshall, defende o autor, acabou assim por ter um papel importante na divisão da Europa e revelou-se ineficaz na integração do Ocidente. O futuro da Alemanha continuava a ser a incógnita maior deste debate. Mas nos anos 50, e apesar de terem excluído os alemães tanto da nato como do Conselho da Europa (criados em 1949), os Estados europeus já tinham percebido que não podiam prosperar, nem estar em segurança, sem a integração da Alemanha. Estava aberto o caminho para a Comunidade Europeia.

As economias de mercado facilitaram o terreno para a integração que, diz ainda o autor, foi concretizada segundo uma lógica económica. A união aduaneira, há muito considerada como o caminho certo para iniciar o processo de construção europeia, formou o coração da Comunidade. Mesmo assim, foi primeiro a euratom (Comunidade Europeia de Energia Atómica) que atraiu a França para o projecto. E só a ligação das duas permitiria a assinatura dos Tratados de Roma em 1957. Formava-se então o clube restrito de seis países (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) que decidiu avançar com uma comunidade económica baseada na livre circulação. Em resposta, a Inglaterra formou a efta – European Free Trade Association, com mais seis países. Uma divisão do Ocidente saudada a Leste como prova do antagonismo do sistema capitalista.

Ficava a faltar, falta até hoje, a dimensão de segurança e defesa que nunca foi concretizada apesar dos projectos apresentados (como o Plano Pleven para um exército europeu). O receio de enfraquecer a nato foi um dos principais obstáculos.

As réplicas do Leste viriam com a criação do Pacto de Varsóvia (1955), que para Stirk foi mais uma resposta ao rearmamento alemão que à própria nato, e com a reestruturação do comecon, que surgira como resposta à Organização Europeia de Cooperação Económica (oece), fundada para regular a aplicação do Plano Marshall, que ganhava agora (1956) um carácter mais permanente. Começava a desenvolver-se uma rede institucional que poderia servir de base às tentativas de integração do Leste.

A partir desta altura, Stirk entra numa análise mais aprofundada do desenvolvimento e dos limites da integração, tanto no Ocidente como no Leste, no âmbito das organizações entretanto criadas. As décadas de 60 e 70 são consideradas decisivas. Para Stirk, as duas metades da Europa conheceram nestes vinte anos esforços de integração mas esbarraram na resistência dos Estados-membros. Voltavam a ganhar terreno o ressentimento nacionalista em relação à hegemonia das superpotências e o medo de perder soberania.

No Leste, a integração revelou-se mais difícil, devido à própria natureza do socialismo de economia planificada. Mesmo assim, Khrushchev, inspirado pelo crescimento da cee, defendia o aprofundamento da integração no seio do comecon e do Pacto de Varsóvia.

No Ocidente, o impulso das forças do mercado, que podiam ser tratadas como politicamente neutras, facilitava a tarefa. No entanto, o esforço para alargar a integração à união monetária demonstrou rapidamente que também no Ocidente a soberania do Estado-nação era prioritária. A Comunidade continuava à procura de uma identidade.

Em 1975 são elaborados diversos relatórios que apontam para a necessidade de uma maior integração política considerada, já nesta altura, como uma evolução natural. O relatório Tindemans, o mais famoso do conjunto, defendia que alguns Estados pudessem avançar mais depressa em direcção a um objectivo comum, desde que tivessem o acordo de todos os outros. Não era uma Europa à la carte, era uma integração gradual muito semelhante à defendida por alguns membros na Conferência Intergovernamental.

Em 1977, o então presidente da Comissão, Roy Jenkins, toma a integração monetária como a estratégia mais óbvia para revitalizar a construção europeia e o papel da Comissão. Surgem as primeiras discussões à volta do ecu e em 1979 é criado o Sistema Monetário Europeu. Mas, no fim da década, as inadequações que se vão revelando na Comunidade confirmam as teses preconizadas nos relatórios. Às portas da década de 80, a Europa encontra-se numa encruzilhada: continuar a escorregar para a intergovernamentalidade ou avançar em direcção ao confederalismo, ou federalismo.

O aprofundamento e o alargamento da Comunidade foram as saídas encontradas para seguir em frente. Segundo Stirk, o restabelecimento da autoridade e da legitimidade da união era uma ambição dos federalistas, ainda inspirados em Coudenhove-Kalergi.

Dois factores principais facilitariam o aprofundamento, concretizado, em parte, através do Acto Único de 1986, negociado por Jacques Delors: as pressões da economia global e a liberalização do mercado, e o poder económico alemão que fez ressurgir velhos receios em relação ao centro da Europa.

Nos anos 80 continuava no entanto por definir uma política externa e de defesa comum, apesar de uma certa dinamização da União da Europa Ocidental (criada em 1948), que sempre existiu à sombra da nato. A Comunidade continuava a ser pouco mais que uma união aduaneira, com uma política agrícola cara e desperdiçadora.

O debate sobre a moeda única começa a progredir também nesta década, mas não havia ainda condições para avançar. Apesar disso, Delors nomeia um grupo de trabalho e apresenta um relatório sobre a moeda única em 1989. A união política e a união monetária seriam objecto de duas conferências intergovernamentais paralelas, mas a segunda, apesar da hostilidade britânica, teria resultados mais expressivos.

Em 1989, a base da arquitectura europeia começa a desabar. A reunificação alemã foi acompanhada pelo desenvolvimento de um vazio económico e de segurança a Leste. E as consequências potenciais da desintegração, defende Peter Stirk, foram ilustradas dramaticamente com a crise na Jugoslávia que, além disso, «expôs cruelmente a fraqueza da Comunidade». A Europa Ocidental é confrontada com um novo desafio – os sucessivos pedidos de adesão à Comunidade e à nato motivam a renovação do debate em torno do aprofundamento e da necessidade de apoiar os débeis países de Leste. E o debate é agora liderado pela Alemanha. Esta mudança de atitude alemã merece a Stirk uma reflexão curiosa: «nos anos 30 a Alemanha foi o predador que se aproveitou da fraqueza económica e da insegurança do Leste para se lançar na conquista do poder. Nos anos 90, a Alemanha foi a maior defensora do alargamento para Leste».

Mas o alargamento levanta ainda outras questões, ainda na mesa. A Europa a duas velocidades, a emergência de um núcleo duro e o isolamento da Rússia.

Até 1994, ano da despedida de Delors e de François Mitterrand dos Conselhos Europeus – altura em que Stirk encerra a sua análise –, a Comunidade mantinha as pretensões de desenvolver um perfil de segurança, mas mostrou pouca inclinação para o fazer sem a nato. O futuro da ueo continua hoje por esclarecer.

Apesar de tudo, Peter Stirk conclui que, «como a história da integração prova, a Comunidade foi uma conquista extraordinária». A complexidade e a imperfeição da Europa são o produto inevitável da construção de uma casa que fica a meio caminho entre a Europa das Nações e a federação que constituiria os Estados Unidos da Europa.